

*JL*

Vogal: Maria Luísa Viana Duarte André, associada n.º 267-----

1.º Suplente: Jorge Belmiro da Silva Coutinho, associado n.º 29-----

2.ª Suplente: Cláudia Rute Viegas da Conceição Silva Maia, associada n.º 687-----

**Conselho Fiscal**-----

Presidente: José Lopes Farinha, associado n.º 25-----

1.º Vogal: António José Ribeiro Cabral, associado n.º 536-----

2.º Vogal: José Luís Ramos Fernandes, associado n.º 629-----

Suplente: Lucília Maria Lampreia Alexandre Pereira, associada n.º 549-----

**Delegados da APPDA-Lisboa ao Congresso da FPDA-Federação Portuguesa de Autismo no mandato 2023-2026:**-----

José Lopes Farinha, associado n.º 25; Manuel de Sousa Figueiredo, associado n.º 26; Maria Paula Machado de Sousa Figueiredo, associado n.º 27, Jorge Belmiro da Silva Coutinho, associado n.º 29, José Lúcio Espinheira Gomes, associado n.º 129, Flávia Maria da Costa Guerra, associada n.º 204, José Pedro Cottinelli Telmo Pardal Monteiro, associado n.º 205, Maria de Sousa Figueiredo Romão de Almeida, associada n.º 239, Maria Luisa Viana Duarte André, associada n.º 267, Maria Inês Marques Dias Valentim, associada n.º 368, João Carlos de Paiva Seabra, associado n.º 397, Anabela Josefina de Araújo Almeida Outeiro Fernandes, associada n.º 486, António José Ribeiro Cabral, associado n.º 536, Lucília Maria Lampreia Alexandre Pereira, associada n.º 549, Sara Mónica Moreira Tavares Silva, associada n.º 588, José Artur Caeiro Barreiros, associado n.º 591, Inês Alexandra Fernandes Neto, associada n.º 608, Diogo Matos Romão de Almeida, associado n.º 614, José Luís Ramos Fernandes, associado n.º 629, Nuno António Cavaco Dias, associado n.º 660, e Cláudia Rute Viegas da Conceição Silva Maia, associada n.º 687.-----

A Presidente da Mesa

O 1.º Secretário

A 2.ª Secretária

*José Lopes Farinha*  
*Manuel de Sousa Figueiredo*  
*Anabela Outeiro*

**Ata n.º 58**

No dia 29 de dezembro de 2022 teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Geral que foi convocada, na sequência do cancelamento da sessão agendada para 6 do mesmo mês, para reunir às 20 horas e 30 minutos por meio telemático (plataforma zoom), cujo convite foi oportunamente enviado aos associados, tendo como ordem de trabalhos (OT): 1. Apresentação do Programa de Ação e do Orçamento Previsional para o exercício de 2023; 2. Audição do Parecer do Conselho Fiscal; 3. Discussão e votação de cada uma dos documentos apresentados; 4. Informações.-----

Porque à hora marcada não se encontrava assegurada a participação do número de associados exigido pelo artigo 23.º, n.º 1, dos estatutos, a sessão veio a ter início às 21.00 horas, sendo registada a participação dos associados n.ºs 25, 27, 29, 119, 129, 188, 204, 205,

230, 236, 247, 267, 349, 397, 486, 536, 549, 566, 588, 591, 623, 629 e 660, no total de 23 associados.

Após ter solicitado e obtido a permissão da assembleia para a gravação dos trabalhos, a Presidente da Mesa, associada n.º 204, Flávia Maria da Costa Guerra, pôs à consideração dos participantes a necessidade de proceder à leitura das atas das sessões anteriores, cuja redação havia sido confiada à Mesa, tendo a Assembleia votado pela desnecessidade desta leitura, considerando aprovadas as atas, cuja publicação é feita na informação institucional no sítio eletrónico.

Aberto o primeiro ponto da OT, foi dada a palavra à Presidente da Direção, associada n.º 27, Maria Paula Figueiredo. Antes de apresentar o Programa de Ação (PA), esta referiu que o adiamento da apresentação destes documentos, sobretudo, do Orçamento Previsional, teve como justificação a incerteza quanto ao montante previsível de receitas no exercício de 2023 e o objetivo de assegurar o financiamento da atividade da associação, estabelecendo com adequação e justiça a repartição dos encargos com as despesas entre Estado e familiares. Relativamente ao PA, salientou que na sua elaboração foram tidos em conta contributos das chefias operacionais dos diversos setores de atividade, as quais, por sua vez, ouviram os colaboradores. O documento, oportunamente divulgado, põe a tónica na abertura à comunidade, através de vários projetos e parcerias, na convicção de que a uma mais intensa sensibilização da comunidade para as questões do autismo corresponderá uma mais fácil e multifacetada inclusão das pessoas com autismo na vida da comunidade. Por outro lado, há uma aposta na reorganização dos serviços e em novas opções de gestão, quer através da análise e aconselhamento resultantes da participação no programa "Social Leapfrog", da Universidade Nova SBE, quer através da mudança tecnológica tornada possível pelo programa Digital Shift, da Fundação Gulbenkian. Pretende-se assim a melhoria do funcionamento dos serviços que atualmente são prestados e a ampliação do leque destes serviços, na vertente possível, para mais abrangente apoio às pessoas com autismo e suas famílias. Se é certo que os recentes concursos abertos pelo Estado para apoio a atividades não contemplaram o tipo de apoios que vinham sendo proporcionados pela associação, há que investir em novas atividades e na melhoria das atuais, incluindo a melhoria e ampliação das instalações, para o que se conta com uma equipa de profissionais empenhada e atenta às oportunidades, sendo fundamental manter um bom nível de desempenho de todos os colaboradores através de formação adequada. Para os aspetos económico-financeiros afluídos no PA, passou a palavra ao Tesoureiro, que os enquadraria na apresentação do Orçamento Previsional (OP).

O Tesoureiro, associado n.º 591, José Barreiros, começou por se referir à evolução das contas no exercício de 2022 que, tendo começado a apresentar derrapagem de custo no fim do primeiro trimestre, entraram em franco desequilíbrio a partir do início do segundo semestre, refletindo o contínuo aumento dos custos correntes que não encontrava resposta nas receitas correntes. O fecho de contas de setembro, que serve normalmente de indicador para a projeção das contas finais do exercício, mostrava, em relação a período homólogo de 2021, um menor montante de comparticipações da Segurança Social, verba indispensável para assegurar a solvabilidade da associação, cuja única receita em crescimento provém da atividade a UPCS (Clínica). Foram tomadas algumas medidas de contenção de despesas e programação de outras, com prospeção de mercado. Entretanto, houve que fazer face aos

Y  
dst

aumentos dos custos de energia (eletricidade e gás, este custo agravado por avaria e necessidade de substituição das caldeiras do Lar da Ajuda), transportes e, compreensivelmente, aumentos salariais devidos a atualização do contrato coletivo em vigor, com pagamento de retroativos a 1 de julho. Havia ainda que entrar em linha de conta com renegociação de contratos de fornecimento, designadamente, aumentos já propostos e compreensíveis nos serviços de alimentação (refeitório) e limpeza. Só durante o mês de dezembro foi dado conhecimento dos montantes previstos para aumento das participações da Segurança Social e da data do respetivo pagamento, em 21 de dezembro, pagamento que compreendeu aumentos relativos a 2022, que se refletirão nas contas finais do exercício, e parte do aumento de 5% relativo a 2023, sendo o restante pago mensalmente a partir de fevereiro. Toda esta incerteza levou a um maior esforço, quer no refazer das contas, com os desvios verificados em relação ao orçamentado para 2022, quer na construção do OP para 2023. Neste, privilegiou-se o conhecimento dos aumentos previstos para as retribuições, em resultado do aumento da retribuição mínima mensal garantida (conscientes de que aumentos intercalares serão inevitáveis), a informação difundida quanto ao aumento das receitas da Segurança Social, acompanhando o aumento em 5% das participações familiares este aumento, quando anteriormente estava previsto que a participação dos familiares compensasse em maior percentagem a falta da receita da Segurança Social em nível proporcional ao volume das despesas. Prevê-se o aumento habitual dos pagamentos do Ministério da Educação, prevê-se a continuidade da evolução positiva das receitas da restituição de impostos (campanha de consignação de IRS) e de receitas dos serviços da Clínica, assim como o aumento de donativos, uma vez que o retomar da atividade sem constrangimentos permitirá maior interação com empresas (atuações da banda, projeção do documentário) e comunidade em geral. Como serviço gerador de receitas, salientou a Clínica, sobre o funcionamento da qual incidirá apreciação por grupo de trabalho no âmbito do "Social Leapfrog", que irá apresentar também sugestões para gestão do crescimento desta atividade. Embora seja inevitável na conjuntura um resultado líquido negativo, procura-se também a redução das despesas, quer por meio de reorganização do trabalho nos Lares, com redução de recurso a prestadores de serviços, quer por redução dos custos de energia devido à instalação de equipamento mais eficiente (caldeiras do Lar) ou instalação de unidade de produção de energia fotovoltaica para autoconsumo, incluindo a que atualmente está instalada e fornece energia para a rede, estando em apreciação várias propostas.

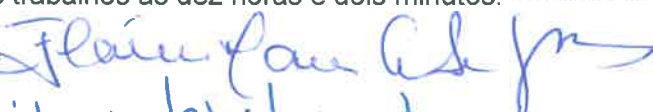
Concluída a apresentação de PA e OP, foi dada a palavra ao Conselho Fiscal, representado pelo 1.º Vogal, associado n.º 25, José Farinha., na ausência, justificada, do Presidente. Salientou as dificuldades na elaboração do OP, que levou a que o CF tivesse feito a apreciação de dois orçamentos, substancialmente diferentes nas receitas e no resultado final, comentando que as condições de conjuntura inflacionária não se verificavam há 30 anos e nunca nos moldes atuais. Leu o Parecer, que aprecia a conformidade do PA à missão, visão, valores e princípios da associação e a adequação do OP à sua execução, havendo previsão do aumento de receitas e de despesas, com redução de algumas destas, sendo patente a preocupação com o equilíbrio, apesar do resultado negativo, inevitável perante a conjuntura, pelo que o Conselho Fiscal considera os documentos em condições para serem aprovados e assim o recomenda à Assembleia.



A Presidente da Mesa passou então ao terceiro ponto da OT, abrindo a discussão dos documentos apresentados. Não havendo na Assembleia quem tivesse qualquer questão a colocar sobre os mesmos, passou-se à votação de cada um, tendo ambos os documentos sido aprovados por unanimidade. -----

No ponto quatro da OT a Presidente da Direção da APPDA-Lisboa informou que vão continuar em curso alguns projetos, nomeadamente, o “Desafiar limites”, implementado com o financiamento do prémio BPI/La caixa Capacitar, que vai ter continuidade em parceria com a Fundação Decathlon; o espaço exterior na Ajuda, junto à piscina e ao Lar, também vai ser melhorado com o apoio das Fundações Decathlon e Dom Pedro V. As equipas da APPDA-Lisboa estão sempre atentas às oportunidades de participação neste tipo de projetos e outros, relativos à abordagem e conhecimento científico na área do autismo. Este ano, em algumas instituições ligadas ao autismo, vai a ser recordado que há oitenta anos foi publicado o artigo do Leo Kanner que, pela primeira vez, caracterizou e deu nome ao autismo, o que não deve ser esquecido e deve ser celebrado na nossa comunidade. A Presidente informou ainda que no início do ano os novos corpos gerentes tomarão posse, e que todos temos que agradecer aos vários membros que têm integrado os corpos gerentes da APPDA-Lisboa, pelo seu empenhamento e disponibilidade ao longo do tempo, não se deixando atemorizar pelas dificuldades e tempos difíceis que em muitas alturas, como agora, a instituição atravessou.--- Nada mais havendo a acrescentar, a Mesa, à qual a Assembleia confiou a redação da ata, deu por terminados os trabalhos às dez horas e dois minutos. -----

A Presidente da Mesa



O 1.º Secretário



A 2.ª Secretária

